ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

Autor(res)

Habib Ribeiro David
Gabriella Vaz Batista Franco
Luciana Calado Pena
Vamberth Soares De Sousa Lima
Felipe De Almeida Campos
Cintia Batista Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O período eleitoral, que antecede as campanhas oficiais, é crucial para o equilíbrio democrático, permitindo que os candidatos apresentem suas propostas em igualdade de condições. Durante esse tempo, os candidatos têm 45 dias para expor suas ideias e conquistar votos, seguindo normas rígidas estabelecidas pela legislação eleitoral. No entanto, é nesse contexto que surgem práticas ilícitas, como o abuso de poder político e econômico, que favorecem candidatos em posições de vantagem, distorcendo a vontade popular. Além disso, condutas vedadas, como o uso da máquina pública, têm o potencial de comprometer a legitimidade do processo eleitoral. A Justiça Eleitoral, por meio de rígidos prazos e normas, busca garantir a transparência e a equidade no processo, combatendo essas irregularidades.

Objetivo

O presente estudo tem como objetivo analisar o abuso de poder político e econômico no período eleitoral, bem como as condutas vedadas, enfatizando seus impactos sobre a integridade das eleições. A análise foca nos mecanismos utilizados pela Justiça Eleitoral para combater tais práticas e assegurar a justiça no pleito.

Material e Métodos

A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica de artigos científicos, decisões judiciais e normas da legislação eleitoral brasileira. Foram estudadas as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), especialmente no que se refere ao abuso de poder e condutas vedadas. O método adotado incluiu a análise de casos concretos julgados pelo TSE, observando as sanções aplicadas e os efeitos sobre as candidaturas envolvidas. Além disso, foi feita uma investigação sobre o impacto dessas práticas na dinâmica eleitoral, com foco nas eleições mais recentes, a fim de verificar como a atuação da Justiça Eleitoral tem coibido o uso indevido da máquina pública e de recursos financeiros nas campanhas.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que o abuso de poder político e econômico tem sido uma constante nas disputas eleitorais no Brasil, com consequências que afetam diretamente a igualdade de condições entre os candidatos. Casos emblemáticos, julgados pelo TSE, mostram que o uso indevido de recursos públicos e financeiros pode distorcer o voto popular, criando um cenário de desequilíbrio no pleito. A aplicação das condutas vedadas, como a distribuição de benefícios ou a utilização da máquina pública para fins eleitorais, tem gerado punições severas, incluindo a cassação de mandatos. A análise dos julgamentos recentes revela que, apesar dos esforços da Justiça Eleitoral, ainda há desafios na fiscalização, principalmente em nível local, onde o abuso de poder é mais difícil de ser detectado.

Conclusão

O abuso de poder político e econômico, assim como as condutas vedadas, continuam sendo desafios para a justiça eleitoral no Brasil. A imposição de sanções e a agilidade nos julgamentos são medidas essenciais para preservar a integridade do processo eleitoral. No entanto, é necessário um aprimoramento contínuo na fiscalização, sobretudo em áreas de maior vulnerabilidade, para garantir eleições justas e equilibradas.

Referências

BRASIL. Código Eleitoral. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução TSE nº 23.607/2019 – Prestação de Contas Eleitorais.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

SOARES, Juarez Freitas. "Abuso de Poder Político no Processo Eleitoral: uma análise jurídica". Revista Brasileira de Direito Eleitoral, 2022.